Trabalho domiciliar e a desigualdade de gênero

Vilma de Oliveira Feliciano[1]
Daniela de Figueiredo Ribeiro[2]

INTRODUÇÃO

Desde a Antigüidade, percebemos a divisão sexual de tarefas, os homens eram responsáveis pela caça e pesca, e as mulheres pela cultura da terra e coleta de frutos. (CUNHA, 2004).

A relação de gênero constituída entre homens e mulheres e orientada pelas diferenças biológicas foram transformadas em desigualdades, as quais fizeram da mulher um ser suscetível à exclusão social (FISCHER e MARQUES, 2001).

No entanto, a função social, o papel reprodutor, o cuidado com a prole contribuíram para a construção da desigualdade de gênero. Rosaldo e Lamphere (1979) afirmam que, lentamente, as mulheres foram se conscientizando das injustiças que sofriam em todas as áreas desde a sexual, econômica, social e política. Elas perceberam que haviam aceitado e interiorizado a idéia de que eram menos capazes do que os homens, e que seu papel era ser uma boa mãe e uma esposa obediente. Surge a idéia de que as mulheres e homens deveriam se estruturar como agentes sociais e trabalharem de forma a se complementarem e atingirem os objetivos desejados no processo social da vida, porque a desigualdade não é condição necessária das sociedades, mas sim produto cultural possível de ser alterado, porque possui diferentes significados em lugares diferentes.

É importante notar que as próprias mulheres são co-responsáveis por mudanças no seu modo de ser, de pensar, de agir contribuindo com valores e praticas relativos à desigualdade de gênero. Elas precisam libertar-se de estereótipos e ideologias que as tornam inferiores, desinteressantes, insignificantes (ROSALDO E LAMPHERE, 1979).

Historicamente, sabemos que tanto a senhora livre quanto sua escrava tinham seu ambiente de trabalho restrito ao espaço doméstico. A esposa era a primeira criada, e a escravidão na família, embora de forma dissimulada, era a revelação inicial de propriedade privada. Porque na verdade, a primeira divisão de trabalho foi a que aconteceu entre homens e mulheres para a procriação dos filhos, e a primeira exploração de classes foi à opressão do gênero feminino pelo masculino. A divisão sexual do trabalho está presente nas relações de produção, reprodução e gênero (ANTUNES, 2003).

Com o advento do capitalismo, a mulher conquistou o espaço produtivo, porém com a exploração de sua força de trabalho houve um aumento quanto à desigualdade de gênero em relação ao trabalho.

Vivemos um tempo de mudanças rápidas e grandiosas nas áreas sócio-econômica, educacional, tecnológica e cientifica. As mulheres conquistaram direitos políticos, educacionais, espaço público de trabalho, reconhecimento profissional e continuam fazendo progresso. No entanto, estas conquistas têm sobrecarregado as mulheres que continuam seus afazeres domésticos e familiares (GASTAL, et al, 2006).

---

[1] Graduanda em Psicologia pela Uni-Facef, bolsista FAPESP - E-mail: resifevi@hotmail.com

[2] Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP; Docente na Uni-FACEF – E-mail: ribares@netsite.com

Atualmente, a mulher ao buscar realização pessoal em áreas como maternidade, carreira e casamento simultaneamente, coloca-se bem no centro de dois pólos opostos, entre o que é socialmente aceito e culturalmente determinado e a busca de realização profissional. Equilibrar estes pólos é um enorme desafio interno e externo que a mulher tem que enfrentar (LIMA, 2005).

O tempo econômico dos homens é maior do que o das mulheres, segundo a pesquisa de Bruschini (2006). Todavia o tempo de reprodução social das mulheres é maior do que o dos homens. Consequentemente o aumento da jornada do tempo econômico prejudica as mulheres, já que o tempo dedicado à reprodução social, isto é, família e casa, não diminui, o que acaba por diminuir o tempo livre (descanso, lazer), pois elas adicionam o tempo econômico ao da reprodução social, persistindo a desigualdade de gênero no uso do tempo. (BRUSCHINI, 2006).

O que se percebe atualmente no mundo do trabalho, principalmente no Brasil, é que existem profundas diferenças sociais. Por ser uma das maiores economias do planeta, porém tendo a quarta pior distribuição de renda no mundo, revela altos índices de desemprego, com 50% da população economicamente ativa trabalhando na economia informal, sem carteira registrada e sem as garantias básicas. Na economia informal, encontramos grande número de pessoas trabalhando como camelôs, coletor de sucatas, prestadores de serviços de reparos e consertos, “fazendo bicos”, e sem a possibilidade de voltar ao mercado formal de trabalho. Estes trabalhadores, através de suas relações com o mundo do trabalho, estão produzindo formas diferenciadas de subjetivação. E do ponto de vista da psicologia, isso traz conseqüências sérias para as suas vidas, gerando tensões, sofrimentos psíquicos e desorganizando toda estrutura de renda e familiar (BOCK, 2003).

É visível que o trabalho é um dos fatores mais significativos para a manifestação de uma boa saúde mental. Nele, o indivíduo passa a maior parte de seu tempo. Um bom local de trabalho promove bem estar emocional, prevenindo ou amenizando os problemas de saúde mental (GUIMARÃES, 2004).

A construção da identidade do individuo é resultado de sua ação no mundo, e o trabalho é a base essencial para a essa construção. Ele não é apenas a fonte de subsistência, mas também o meio através do quais os indivíduos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis. Mesmo quando é difícil, informal e precário, ele firma a condição de trabalhador, e isto quer dizer: poder planejar, sonhar ter perspectivas para o futuro. O fato de não estar trabalhando (por afastamento, desemprego ou aposentadoria) pode ser a origem de sofrimentos como: sentimento de inutilidade de exclusão social, sensação de abandono, de incompetência, de frustração, doenças neurológicas, insônia, danos à saúde física, tentativa de suicídio, devido à ruptura na identidade e ausência de referência (LIMA, 2005).

Constata-se que a precarização sempre esteve agregada ao trabalho da mulher e pode ser definida como trabalho sem direitos trabalhistas, sociais, sindicais, sem prevenção, proteção ou reparação dos riscos. Abrange o trabalho no domicilio, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, o trabalho informal, os contratos temporários. Também pode ser definido como precário todo trabalho que impossibilite a construção da identidade e a preservação da saúde. A mulher é um tipo de trabalhador aceito pela economia informal, já que se ajusta melhor às necessidades de sobrevivência e cuidado do ambiente doméstico (BRITO 2000; CASTELLS, 1999; ANTUNES, 2004).

O trabalho não deveria ser a negatividade da vida, mas muitas vezes as condições precárias e os procedimentos de rotinas enfraquecem o sentido da vida,

deixando no físico, sinais de sofrimento pelas doenças ocupacionais (HELOANI e CAPITAO, 2003)

Além disso, as responsabilidades domésticas das mulheres não são reconhecidas como trabalho por não produzir valor social. O excesso do mesmo e a desvalorização podem levar ao adoecimento psíquico, isto é, ao aparecimento de Transtornos Mentais Comuns (TCM) em mulheres que realizam trabalhos domésticos. A TCM caracteriza-se por insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas (sofrimento mental) (ARAÚJO, 2005).

A cidade onde foi realizado o atual estudo é um importante pólo calçadista nacional, especializado em calçados masculinos de couro. O complexo coureiro-calçadista é composto por indústria de calçados, saltos e solados, curtume, indústria de equipamentos e máquinas para couro e calçados, de componentes e artefatos para calçados e couro, prestadores de serviços, agencias de exportação, escolas técnicas (CARVALHO NETO, 2005).

Segundo Navarro (2003), a indústria calçadista, na década de 80, passou a utilizar a mão de obra feminina em grande escala. Atualmente absorve de forma significativa esta força de trabalho barata e ao mesmo tempo especializada. Também neste caso, parte da produção fabril foi levada para dentro das casas, que se tornaram oficinas, sendo chamadas popularmente de bancas de pesponto, as quais prestam serviços à indústria de calçados local, realizando corte do couro, pespontos, costura e enfeites. Estas oficinas ocupam a garagem, o alpendre, ou a varanda das casas. Na maioria dos casos não há ventilação adequada, a iluminação é insuficiente, não há equipamentos de segurança, além da exposição dos membros da família a solventes e ruídos provocados pelas máquinas.

Diante deste cenário, surgiu a necessidade de conhecer o impacto das transformações sócio-econômicas e ideológicas recentes na vida de mulheres que trabalham informalmente na indústria calçadista, nas condições acima citadas. A pesquisa teve como objetivo caracterizar o impacto das transformações sócio-econômicas e ideológicas recentes na vida de mulheres que trabalham informalmente na indústria calçadista, do ponto de vista da saúde e subjetividade e da desigualdade de gênero. Buscou-se compreender, essencialmente, as percepções das mulheres sobre seu trabalho e sua vida familiar, atualmente misturada ao cenário de trabalho.

METODOLOGIA

Utilizou-se a abordagem qualitativa, que busca abranger a totalidade do problema investigado, visto em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 1996). Dentro desta perspectiva, foi adotada, além de outros métodos a abordagem etnográfica, que consiste em uma investigação sistemática do cotidiano, levando em conta o contexto e dinâmica de vida dos participantes.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas:

- Fase exploratória ou descritiva - Nesta fase foram realizadas Observações Participantes em dez residências onde ocorria a costura manual do calçado ou funcionavam bancas de pesponto., buscando a apreensão do cotidiano vivido por estas trabalhadoras informais.

- Fase focalizada - Foi realizada por meio de entrevistas individuais, semi-estruturadas, com cinco mulheres selecionadas na etapa anterior.

A análise dos dados obtidos das entrevistas foi realizada a partir da abordagem hermenêutica dialética, segundo os moldes propostos por Minayo (1996). Nesta perspectiva deve-se buscar compreender as estruturas profundas do cotidiano da vida ou do mundo do dia a dia dos participantes para situar seu relato no contexto mais amplo em que se inserem. Segundo Costa (2002), o método hermenêutico completa de maneira apropriada os estudos etnográficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Brito (2000); Castells (1999); Antunes (2003 e 2004), a mulher tem representado um número cada vez maior no cenário sócio-econômico do mercado de trabalho atual. Um número significativo delas busca realização pessoal através da realização profissional, outras buscam através da vida conjugal e da maternidade. A realização pessoal através da realização profissional é praticamente inexistente em mulheres de baixa renda, baixa condição socioeconômica, sem formação acadêmica. Para estas o trabalho representa uma forma de sobrevivência ou um fardo

Também Fischer (2001), afirma que a exclusão que atinge a mulher não é apenas na esfera do trabalho, mas também educativa, política, econômica, de classe, de cultura, de etnia, de idade, de raça, de políticas sociais, de identidade. Ela diz respeito à falta de acesso ao emprego, a educação, a bens e serviços, a falta de segurança, justiça e cidadania e se manifesta no mercado de trabalho, no acesso à moradia, a serviços comunitários, a bens e serviços públicos, a terra e aos direitos.

Fica claro que a atuação destas mulheres no mercado de trabalho acontece em condições desiguais e excludentes e que o preconceito e a inferioridade impostos pela religião, leis, escola, família são reproduzidos pela própria mulher, o que é muito apropriado às relações de trabalho capitalista.

Verificou-se nas entrevistas, que nenhuma das mulheres pesquisadas sonhava em fazer o que fazem atualmente, todas sonhavam ter estudado mais, ter uma vida melhor, um trabalho melhor, ganhar mais dinheiro. Apenas uma relatou ter realizado metade de seus sonhos de jovem, pois havia casado, tinha filhos, possuía uma casa. Para esta mulher, o sonho de ter estudado mais e ter um trabalho melhor estava agrupado com sonhos relacionados ao casamento, casa própria, um bom marido, filhos e condições para dar uma vida descente a eles.

O que parece ter acontecido foi que essas mulheres que sonhavam terem estudado mais, terem um trabalho melhor, foram impedidas pela necessidade de abandonarem os estudos para trabalhar e ajudar os pais. E depois de casadas, pela suas necessidades de cuidar da casa e dos filhos. Durante a fase de Observação participante a maioria delas relatou que quando jovem, trabalhava em fábricas, retornando ao trabalho no lar por motivo de gravidez, ou nascimento dos filhos. O trabalho para elas não significa realização pessoal, não há escolha de uma profissão, apenas necessidade de sobrevivência e adequação a única oportunidade de trabalho possível a sua situação de dona de casa e mãe, com ensino básico incompleto.

Nenhuma das mulheres entrevistadas queria ter a vida igual à de suas mães pois consideram a vida delas muito difícil. No entanto, esta realidade se reproduziu em todos os casos, tanto nas dificuldades, quanto na falta de opções, na vida simples, quanto no sofrimento. Somente duas entrevistadas acham suas vidas um pouquinho melhor que a da suas mães, uma porque não trabalha na roça e outra porque sabe ler e escrever. Apesar do discurso e dos eventos históricos mostrarem grandes evoluções e conquistas das mulheres, o que os resultados desta pesquisa mostram, nesta camada populacional, é que em duas gerações as coisas não se modificaram tanto para as mulheres.

Sobre o significado do trabalho remunerado dentro do lar, os resultados demonstraram que a maioria das entrevistadas gostaria de trabalhar fora de casa. Durante a fase de Observação participante todas as mulheres observadas disseram preferir o trabalho em casa pela oportunidade de ficar com os filhos, de ajudá-los nas lições de casa, de acompanhar o crescimento deles. Mas nas entrevistas as cinco participantes disseram que trabalhar em casa é bom por um lado, pela oportunidade de ver os filhos crescerem, mas afirmaram preferir o trabalho fora por causa dos benefícios, por ter maior visibilidade e consequentemente maior reconhecimento, como também pelo fato de não misturar o espaço doméstico com o de trabalho. Parece que este tipo de trabalho faz com que estas mulheres se sintam desvalorizadas e com sentimento de impotência por não conseguirem outra forma de ganhar dinheiro para contribuir no orçamento doméstico e ao mesmo tempo, por terem que cuidar da casa e das crianças, sentindo uma grande sobrecarga.

Quanto ao fato deste tipo de trabalho ser realizado em casa e não em um ambiente de fábrica, onde é possível desenvolver uma multiplicidade de relacionamentos com colegas de trabalho, os resultados demonstraram que apenas uma entrevistada disse gostar de ficar sozinha, sem barulho de crianças, trabalhando e ouvindo rádio.

O que parece existir aqui é que o isolamento ditado pelo trabalho que elas realizam aumenta a tristeza e o humor deprimindo. É fato que o trabalho coletivo é promotor de relações de amizade, companheirismo, oportunidades de vivências e trocas coletivas, aumentando o senso de realidade e comprometimento mútuo. Neste aspecto, o trabalho domiciliar parece ter um componente negativo na opinião da maioria das entrevistadas.

A respeito dos aspectos positivos do trabalho no domicilio, os resultados apontaram que as entrevistadas consideram o fato de estarem próximas dos filhos menores e poderem acompanhar o crescimento deles. Com relação à independência financeira, apenas uma das entrevistadas o mencionou como um fator positivo.

Sobre este aspecto, Bruscchini (2006) relata que o trabalho domiciliar ajuda as mulheres a cumprirem com suas obrigações, seu papel, seu dever de esposas e mães (o que é culturalmente determinado). É difícil falar em trabalho feminino sem mesclar o espaço produtivo e o reprodutivo (ou família). Para a mulher, o trabalho subentende a mistura destes dois espaços pelo entrosamento e até pela superposição dos mesmos. Porém a função reprodutiva é percebida como prioridade, tanto para a própria mulher como para a sociedade contemporânea. Apesar de todo o discurso da revolução feminina, a mulher sente dificuldades, na prática, de incorporar essas idéias, que permanecem impermeáveis às mudanças.

O que se percebeu no atual estudo é que a realização pessoal da maioria destas mulheres parece estar vinculada ao relacionamento conjugal e a maternidade, e que elas sentem-se bem por estarem cumprindo seus papéis. Isto as difere da mulher profissional atual, cujo foco é a carreira, que protela a maternidade em benefício da mesma e que tem na independência financeira sua realização pessoal máxima. Observa-se, por outro lado, que se queixam da instabilidade sócio-econômica quando se deparam com a responsabilidade de manutenção econômica da família, dada a instabilidade do trabalho que realizam.

Ainda com respeito ao trabalho domiciliar, os resultados apontam como aspectos negativos o excesso de trabalho, o fato de receberem pouco e não terem salário fixo.

Brito (2000), ao realizar um estudo relativo à saúde das operárias de indústrias químicas localizadas no subúrbio do Rio de Janeiro relata que nos estabelecimentos de menor porte, “empresas de fundo de quintal”, existe uma grande tendência de empregar mão de obra feminina, pelo fato das mulheres aceitarem a precariedade deste tipo de trabalho, o que é agravado por subcontratações, baixíssimos salários e atividades ininterruptas, emendando a jornada de trabalho remunerado com a jornada em atividade doméstica.

O que se pode constatar é que o trabalho das entrevistadas do atual estudo é semelhante ao acima citado. Mas o que parece acontecer com relação aos horários de início e termino do trabalho destas mulheres que trabalham na informalidade é que a exigência de cumprir horário não vem de fora (do patrão ou da fábrica), pois elas não convivem com um patrão, são elas que determinam o seu tempo e seus horários. No entanto, elas possuem um patrão interno que despótico, elas se sentem aprisionadas pelo trabalho, realizando-o de forma ininterrupta.

Quando comparadas às rotinas das entrevistadas com a de seus maridos, algumas consideram suas rotinas de trabalho mais pesadas do que a dos maridos. O que foi percebido é que as mulheres que reconhecem a dupla jornada falam que sua carga de trabalho é mais pesada. Porém, algumas das entrevistadas nem ao menos reconhecem a sobrecarga que vivenciam, aceitando-a como parte de sua condição de mulher.

Fischer e Marques (2005), dizem que a mulher vende sua força de trabalho a preço mais baixo devido sua condição de paciente, dedicada, obediente, mãe e dona de casa e ela mesma considera seu trabalho apenas como ajuda ao orçamento doméstico. Percebeu-se que a maioria destas mulheres tem problemas nesta área, pois vende sua força de trabalho por um valor insignificante e considera o que faz como ruim, como pouco gratificante. Portanto, a ação produtiva delas no mundo não favorece a identidade, a subjetividade e a singularidade de cada uma.

Na questão da realização do trabalho doméstico, estas mulheres são responsáveis sozinhas pelas tarefas domésticas, tendo alguma ajuda dos filhos. Todas elas realizam estes serviços à noite. E os serviços mais pesados como faxinar, lavar e passar são realizados nos finais de semana.

Bruschini (2006) relata que trabalho doméstico não é considerado trabalho, “serviço de casa” é considerado “inatividade econômica” pelo IBGE, relata também que este trabalho é predominantemente feminino, o que demonstra que a desigualdade de gênero permanece ativa dentro deste contexto social. Para esta autora, a mulher, mesmo após sua inserção no mercado de trabalho, permanece a principal responsável por planejar e executar as atividades domésticas, sem receber ajuda do companheiro ou dos filhos.

O que parece acontecer com as mulheres do atual estudo é exatamente o que relata a literatura: a tripla jornada em favor do marido, dos filhos, da casa. Mesmo as entrevistadas que recebem ajuda do marido ou dos filhos relatam que são ajudas mínimas, não diminuindo em nada a sobrecarga de trabalho.

Quanto ao tempo dedicado ao descanso e lazer, elas relatam que não têm descanso nenhum. Bruschini (2006) informa que os afazeres domésticos “recortam sobre a vida” difundindo todos outros espaços, sobretudo o lazer e o descanso. E que algumas tarefas são centralizadas e outras não podem ser delegadas e consumindo grande espaço do tempo da mulher (de 7 a 9 horas por dia). As tarefas de cuidar e educar as crianças, cozinhar, lavar, passar, não deixam lugar para o lazer, acentuando o

humor depressivo, a tensão, doenças psicossomáticas, a perda de interesse pela vida e o sentimento de inutilidade.

Brito (2000) relata que o trabalho sem descanso leva a constância de alto grau dos hormônios de adaptação, o que resulta na modificação das fases do sono gerando cansaço pela manhã, alteração no ritmo cardíaco, ansiedade, angústia, contração muscular, proporcionando dores na coluna tanto na região cervical, como dorsal e lombar.

O que parece existir aqui é que as entrevistadas trabalham dez horas, até mais, por dia com a costura de sapatos. Quando param, vão preparar o jantar, fazer algumas tarefas domésticas mais urgentes, ajudar nas tarefas do filhos, dar banho, colocá-los para dormir, adiantar alguma coisa para o outro dia. Nos finais de semana fazem os serviços mais demorados de lavar toda roupa da casa, passar, faxinar, não sobrando tempo algum para lazer ou mesmo para o ócio.

Os resultados demonstraram que todas as entrevistadas apresentam alguns problemas de saúde relativos ao tipo de trabalho realizado, como: problemas de coluna, de rins, de visão e nas pernas (circulação), tendinite nas mãos, braços e ombros.

Neves (2006) e Alves (2004) afirmam que alguns tipos de serviço exigem mais concentração, atenção, agilidade e precisão, gerando desgaste da visão. E a repetição dos movimentos exige uma força maior do que a exigida nos trabalhos pesados, feitos por homens, gerando as lesões por esforço repetitivo. As entrevistadas relataram que, apesar das dores, continuam executando os mesmos serviços, com a mesma intensidade, o que leva ao agravamento das lesões e a diminuição da produtividade. Em relação ao serviço doméstico, elas continuam cuidando da casa, dos filhos, o que gera ao mesmo tempo mais sofrimento e sentimento de impotência.

Quanto à vida familiar, as mulheres entrevistadas pouco mencionaram seus relacionamentos conjugais. A princípio não apareceram conflitos conjugais sérios, mesmo em um ambiente onde marido e mulher costumam misturar os papéis conjugais e profissionais. No entanto, o trabalho no lar mostrou ser predominantemente feminino. Apesar das recentes transformações nas relações familiares e conjugais, o cuidado da casa e dos filhos ainda é responsabilidade da mulher, que muitas vezes assume-o sozinha, como sobrecarga. Como este fato está ideologicamente inserido no universo feminino, as mulheres assumem suas funções atribuídas sem grandes questionamentos ao cônjuge, o que pode justificar em parte a ausência de conflitos aparentes.

Nas relações com os filhos e na forma como os preparam para serem homens e mulheres do futuro, disseram ensinar seus filhos a serem honestos, respeitadores, trabalhadores, responsáveis para cumprirem seus papeis, reproduzindo as questões de gênero. Já as meninas são preparadas desde muito pequenas para serem mães, esposas e donas de casa. Como aponta Aquino et al (1995), a docilidade, a resignação, a resistência ao trabalho monótono e repetitivo são qualidades treinadas através do processo de socialização.

O que parece acontecer à população estudada, é que a emancipação feminina está longe de se realizar de fato, pois o que predomina é a submissão ao modelo padronizado na educação de meninos e meninas, “homem provedor” e “mulher cuidadora”. Prevalecem ainda valores de uma estrutura quase superada, e que precisam ser reavaliados, tanto nos brinquedos de meninos e de meninas, quanto no comportamento exigido e no treinamento para que executem os papéis esperados a cada gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que parece acontecer com as mulheres pesquisadas é que elas próprias desvalorizam-se enquanto sujeitos produtivos, ao considerarem que trabalham para "ajudar" o marido. Percebe-se que a ideologia machista foi internalizada por elas e reforçada pelo trabalhado com salário baixo, levando-as a acreditarem que realmente são inferiores e menos capazes do que os maridos. O movimento feminista trouxe várias conquistas nas últimas décadas e a evolução da condição feminina tem alterado o comportamento geral de homens e mulheres, no sentido de um equilíbrio maior na distribuição de funções, no trabalho e na vida em família, além de que a participação da mulher no mercado de trabalho tem atingido avanços expressivos.No entanto, ainda se verifica um grande desequilíbrio entre homens e mulheres no que se refere a questão profissional e ao paradigma sócio-cultural existente em torno dos papéis que competem à homens e mulheres. As mulheres da amostra pesquisada mostraram não perceber as mudanças recentes, nem a importância de seu papel na sociedade contemporânea, resumindo suas vidas numa existência sem muito propósito e sem autonomia, em completa subserviência.

Em relação às tarefas domésticas, o que parece acontecer com as mulheres estudadas, é que são na maioria das vezes responsabilidade apenas delas, e que não questionam esta atribuição. Já aquelas que são separadas assumem o papel de provedora do lar e articulam este aos seus outros papéis.

A educação dos filhos é administrada pelas mulheres e voltada para o modelo padrão, onde há diferenciação de gênero. As meninas são preparadas desde muito pequenas para serem mães, esposas e donas de casa, ou seja, a própria mulher é responsável pela reprodução da desigualdade de gênero.

A divisão do trabalho relativa ao gênero parece ainda atribuir às mulheres pesquisadas as responsabilidades pelo cuidado das crianças, pela realização dos afazeres domésticos, num espaço de trabalho dominado pela informalidade, com jornadas exaustivas, sem benefícios trabalhistas e com rendimentos insuficientes.

Se, por um lado, as mulheres que trabalham em suas residências têm como prioridade o cuidado dos filhos, da casa, do marido, considerando sua renda apenas como complementar, portanto, se ajustando melhor ao trabalho informal; por outro, se queixam da instabilidade sócio-econômica, quando se deparam com a responsabilidade de manutenção econômica da família. Nesta situação, elas afirmam preferir o trabalho na fábrica.

Este universo de trabalho necessita aprofundamento de estudo, a fim de que se compreendam ainda novas nuances da realidade destas mulheres, sobre a capacidade de se sustentarem, de serem independentes do poder econômico de seus maridos, de criarem novos caminhos e de superarem o sentimento de impotência que aparece quando se encontram diante de crises no casamento. Seria muito importante que elas tivessem um espaço onde pudessem refletir sobre suas vidas, trabalho, valores, questões de gênero, a fim de se tornarem agentes de transformação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Natália Cristina Ribeiro. ***Corpos entre Saúde e Trabalho: A construção sociopolítica da LER como doença.*** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs). **O Avesso do Trabalho.** 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. A classe que vive do trabalho. In **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, Boitempo, 2003.

ARAUJO, Tânia Maria de, PINHO, Paloma de Souza; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemograficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.** Vol.5 nº. 3 Recife July/Sept. 2005

AQUINO, E. M. L.; MENEZES, G.M.S. e MARINHO, L.F.B. **Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um Novo Agir.** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 11(2): 281-290, abr/jun., 1995.

Bock, Ana Mercês Bahia (2004). *A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia.* São Paulo: Vozes

Brito, Jussara Cruz de (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Caderno de Saúde Pública* v.16 n.1 Rio de Janeiro jan./mar.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho domestico: Inatividade econômica ou trabalho não renumerado? **R. brás. Est. Pop.** São Paulo v. 23, n. 2 p. 331-353, jul./dez. 2006

CARVALHO NETO, Silvio. **Competência para exportar:** um estudo da indústria calçadista de Franca. Franca UNIFACEF, 2005.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Maria Cristina Silva. **Intersubjetividade e historicidade**: contribuições da moderna hermenêutica à pesquisa etnográfica. Ver. Latino-Am. Enfermagem, vol.10, nº3, Ribeirão Preto, mai/jun. 2002.

CUNHA, Maria Inês Moura S. A. da **Regras especiais de proteção: o trabalho da mulher.** In Direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2004.

FISCHER, Izaura Rufino e MARQUES, Fernanda. **Gênero e Exclusão Social**. Fundação Joaquim Nabuco**.** Trabalhos para Discussão n. 113/2001, agosto, 2001.

GASTAL, Fábio Leite; LEITE, Sergio Soares Olivé; TREPTOW, Érika Cristine; MARINI, Stela Scaglioni; NOAL, Mauricio Vargas; BINZ, Mario Arthur Rockenbach; AMARAL, Milene Tombini. Doença Mental, mulheres e transformação social: um perfil evolutivo institucional de 1931 a 2000. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul.** Vol.28 nº. 3 Porto Alegre Sept. /Dec. 2006

HELOANI, José Roberto e CAPITAO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo em Perspectiva** p. 102-108, 2003.

LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. Realização pessoal e desempenho profissional: sutilezas do cotidiano de mulheres profissionalmente qualificadas no município de Ilha Solteira **Modos de ser femininos, relações de gênero e sociabilidades no Brasil ST. 12.** IMESB-FAR/UNESP- Franca, 2005.

MINAYO Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEVES, Ilídio Roda. LER: trabalho, exclusão, dor, sofrimento e relação de gênero. Um estudo com trabalhadoras atendidas num serviço público de saúde. **Cadernos de Saúde Pública.** Vol.22 nº. 6 Rio de Janeiro June 2006.

LAMPEHERE, Rosaldo, ZIMBALIST, Michelle (1979). Introdução. In: Rosaldo, M.Z. e Lamphere, L. (org.). **A mulher, a cultura, a sociedade.** Rio Janeiro, Paz e Terra. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40142003000300007&Ing=em&nrm=isso&ting=pt em 28/dez./2006